

N. 64.—AGRICULTURA, COMMERÇO E OBRAS PÚBLICAS.
—EM 10 DE DEZEMBRO DE 1880.

O pecúlio só determina prelação em cada uma das classes dos libertandos

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas.— Directoria da Agricultura.— 2.^a Secção.— Rio de Janeiro em 10 de Dezembro de 1880.

Hlm. e Exm. Sr.— Com officio dessa Presidencia de 16 de Novembro proximo passado recebi o quadro a que elle se refere, dos escravos libertados no município de Sapucaia, por conta do fundo de emancipação.

Comprehendendo o mesmo quadro a escrava Paulina, solteira, cuja prece que V. Ex. me informe si, entre os escravos matriculados naquelle município, não existem outros em condições de serem preferidos, na forma da lei.

Convene observar que o pecúlio com que contribuiu a referida escrava, só poderia determinar a prelação na ordem dos individuos, sem prejuízo da classe mencionada no § 1.^o art. 27 do Regulamento de 13 de Novembro de 1872, e que o Aviso de 8 de Julho de 1876 já firmou o princípio de que o pecúlio apenas dá a preferencia entre escravos da mesma indicação, de modo que nem individuos possam preterir famílias, nem estas preferirem-se entre si, com alteração do numero da classificação.

Deus Guarde a V. Ex.—Manoel Buarque de Macedo,— Sr. Presidente da Província do Rio de Janeiro.

MANOEL BUARQUE DE MACEDO

N. 65.—AGRICULTURA, COMMERÇO E OBRAS PÚBLICAS.
—EM 18 DE DEZEMBRO DE 1880.

Manda regularizar a escripturação dos assentos de baptismo e óbitos de filhos livres de escrava na freguezia de Santa Barbara, Província da Bahia.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas.— Rio de Janeiro em 18 de Dezembro de 1880.

Hlm. e Exm. Sr.— Em resposta ao officio n.º 67 de 23 de Agosto ultimo, em que V. Ex., enviando um officio do Vigario da freguezia de Santa Barbara, da Feira de Sant'Anna, informado pelo Inspecteur da Thesouraria dessa província, consulta qual o procedimento que se deve ter para regularizar naquelle freguezia a escripturação dos nascimentos e óbitos de ingenuos, filhos de mulher escrava, visto não haver o falecido antecessor do dito Vigario feito os lançamentos nos livros competentes, declaro a V. Ex., que, aproveitando as no-

tas deixadas pelo seu antecessor, ou em papeis avulsos ou nos entros livros da parochia, e obtendo da Collectoria os esclarecimentos complementares que ella será autorizada a ministrar em vista da refação dos ingenuos matriculados desde 1871 até hoje, deverá o actual Vigario transcrever nos livros proprios, que já lhe foram fornecidos, todos os assentos de nascimentos e óbitos anteriores à sua posse, depois do que seguirá a transcripção dos que elle tem tomado e continuará a tomar em cadernetas especiaes, até se achar o registro em dia nos livros competentes.

Do reconhecido zelo de V. Ex., espero que sejam tomadas promptas providencias para não haver demora nesse serviço, e serem fielmente observadas as respectivas disposições legaes.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Buarque de Macedo*.—Sr. Presidente da Província da Bahia.

Manoel Buarque de Macedo

N. 66. — AGRICULTURA, COMMERÇIO E OBRAS PÚBLICAS.

— EM 18 DE DEZEMBRO DE 1880.

Declara que o empregado de repartição extinta perde os direitos que lhe houverem sido reservados, aceitando o provimento, bem que interino, de um officio de Justiça.

Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Directoria de Agricultura.—2.^a Secção.—Rio de Janeiro, 18 de Dezembro de 1880.

Hlm. e Exm. Sr.—Em officio de 14 de Julho proximo passado participou V. Ex. a este Ministerio haver deferido o requerimento do ex-Delegado da extinta repartição das terras publicas, addido à Secretaria dessa província, Cândido Rodrigues Soares de Meirelles, solicitando dispensa do serviço da mesma Secretaria até ser vitaliciamente provido no officio de Escrivão de orphãos e ausentes do termo da capital da mesma província, officio para que foi provisoriamente nomeado.

Ouvindo o Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, declaro a V. Ex., para os fins convenientes, que a aceitação do officio de Justiça, embora interinamente, importa a renúncia dos direitos que foram reservados ao cidadão de que se trata, no acto da extinção da mencionada repartição das terras publicas.

Deus Guarde a V. Ex.—*Manoel Buarque de Macedo*.—Sr. Presidente da Província do Paraná.

Manoel Buarque de Macedo

55